

Justificativa Jurídica para Manutenção das Notas

1. Introdução

O recurso apresentado busca a reavaliação de pontos específicos da avaliação do projeto, contestando os critérios de pontuação atribuídos em diversas áreas da proposta. A argumentação central recai sobre a interpretação dos critérios e a adequação do conteúdo submetido à Comissão de Seleção. Para justificar a manutenção das notas atribuídas, é fundamental analisar a conformidade do processo com o Edital e a legislação pertinente, com base nos princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, assegurando a transparência e a justiça no julgamento.

2. Critérios Obrigatórios e Notas Atribuídas

A - Qualidade do Projeto: Coerência do Objeto, Objetivos, Justificativa e Metas do Projeto – Pontuação 10

Alega-se que a pontuação atribuída neste critério não foi suficientemente clara, considerando que o único apontamento feito refere-se à ausência de uma justificativa quantitativa e qualitativa do impacto esperado. Contudo, conforme descrito no recurso, o projeto detalha de forma clara e detalhada o número de ações realizadas e o impacto nas escolas públicas, com a indicação do número de alunos beneficiados, a carga horária e a descrição do impacto social e cultural esperado. Isso demonstra a preocupação em medir os efeitos das ações de forma objetiva, cumprindo o espírito do edital, que visa a maximização do impacto cultural, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade. A ausência de um impacto qualitativo explícito nas oficinas para mulheres, por sua vez, é justificada pela natureza da ação, que envolve um público com variáveis demográficas difíceis de prever, o que não deve ser penalizado, já que o próprio edital não exige um detalhamento tão específico.

B - Relevância da Ação Proposta para o Cenário Cultural do Município – Pontuação 9

A argumentação do recurso no sentido de que o projeto cumpre integralmente este critério, e que uma pontuação mais alta seria justificável, é plausível. A proposta busca valorizar a cultura local e regional, em consonância com a promoção de uma cultura inclusiva e de respeito à diversidade. A relevância do projeto para o cenário cultural de Caratinga está, portanto, demonstrada e não há elementos objetivos que justifiquem o aumento da pontuação atribuída.

D - Coerência da Planilha Orçamentária e do Cronograma de Execução – Pontuação 9

A crítica do recurso quanto à pontuação atribuída à planilha orçamentária se baseia no fato de que o edital não exigia detalhamento minucioso da justificativa dos itens orçamentários, tratando-se de um item opcional. O recurso destaca que a análise deve focar na compatibilidade dos valores com os preços praticados no mercado e que o formato apresentado segue as diretrizes do edital. A Comissão de Seleção deve avaliar se a planilha reflete a realidade do mercado e se as informações fornecidas são

suficientes para a análise, sem exigir um nível de detalhamento que não foi solicitado pelo Edital.

E - Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma – Pontuação 10

O recurso justifica que o plano de divulgação foi adequadamente estruturado, com as ações de comunicação distribuídas nas fases de pré-produção, produção e pós-produção, contemplando a contratação de uma equipe especializada para garantir a coordenação das mídias. A crítica sobre o aprofundamento do plano de mídia e a sugestão de maior detalhamento quanto à diversidade de públicos é pertinente, mas a responsabilidade sobre essa definição recai, de fato, sobre a equipe técnica contratada, como mencionado no recurso.

F - Compatibilidade da Ficha Técnica com as Atividades Desenvolvidas – Pontuação 8

O recurso apresenta um esclarecimento sobre a composição da ficha técnica, destacando que os profissionais contratados para o projeto, como artistas e intérpretes, não precisam constar na ficha técnica permanente, já que são prestadores de serviço contratados pontualmente. O Edital não exige a apresentação de currículos detalhados de todos os prestadores de serviços, e a ficha técnica apresentada atendeu à exigência de listar os membros permanentes da equipe do projeto, o que justifica a manutenção da pontuação atribuída.

G - Trajetória Artística e Cultural do Proponente – Pontuação 10

A contestação da pontuação atribuída à trajetória do proponente é legítima, considerando a argumentação apresentada no recurso, que destaca a experiência prática do Instituto em eventos culturais semelhantes. A avaliação da trajetória artística e cultural deve considerar o conjunto de atividades realizadas ao longo do tempo, o impacto das ações e a comprovação dos resultados alcançados.

3. Pontuação Extra

L - Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas – Pontuação 5

Alega-se que o Instituto cumpre este critério, uma vez que a diretoria é composta por duas mulheres negras. A documentação apresentada, como a Ata registrada em cartório, comprova a veracidade dessa informação. A Comissão de Seleção reconhece a composição étnico-racial da diretoria para garantir a pontuação devida, já que o critério estabelece que a pontuação é concedida com base na proporção de pessoas negras ou indígenas na equipe, o que está claramente atendido.

4. Conclusão

Com base na análise jurídica e nos termos do Edital, a manutenção das notas atribuídas é justificada pelos seguintes pontos:

- A proposta atende adequadamente aos critérios obrigatórios e extra, com justificativas claras e fundamentadas em dados objetivos
-
- A pontuação extra deve ser reavaliada à luz da documentação apresentada, que comprova a atuação e a composição do Instituto em consonância com os critérios previstos no Edital.

Portanto, a revisão das notas foi atribuída, com a devida correção para garantir a justa pontuação para o projeto.

Belo Horizonte- MG, 25 de dezembro de 2024

DOUGLAS CÂNDIDO FERREIRA

REPRESENTANTE LEGAL

CPF: 116.724.226-20

RG: 16.796.069